

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

GRUPO CARTA DE MORRINHOS – CONTEXTO POLÍTICO DA CRISE HÍDRICA

A Terra Brasilis é a nossa biosfera. Foi construída pelo **ciclo hidrológico, solo e a flora** primitiva, sintetizando com a energia do **Sol** os alimentos de todos os seres vivos brasileiros. Esta **economia natural, ou ecologia**, precedeu a presença dos seres humanos, sendo uma maravilha que ensina muito. Sua preservação nem deveria ser objeto de dúvidas ou oposição. No Brasil, porém, poucos têm percebido a importância vital dos nossos rios, solo, flora e fauna e agido neste sentido. Não acontecem grandes manifestações partidárias, sindicais, governamentais e das mídias, em sua defesa. Quando se trata de eventos como impeachments, reformas trabalhistas e da previdência, causas LGBT, Copa do Mundo, Carnaval, que não desmerecemos, milhões de pessoas participam com entusiasmo e espontaneamente. Por que este desprezo com a base natural de nossa vida, que é substrato essencial da política? Que mentalidade é esta? Apenas algumas vezes têm se elevado pela preservação do que herdamos da história natural preservada até 1500 d.C. quando aqui aportou o **Colonialismo**.

Não foi diferente nem nas manifestações de junho de 2013, que fugiu do controle institucional e brotou com espontaneidade e diversidade de pautas, oriundo das profundas indignações gerais do povo. Nossos adversários se valem desse desprezo pela agenda ambiental e argumentam que ecologia não mobiliza no Brasil, portanto, não tem importância política. Mas os problemas ambientais estão presentes no dia-a-dia de todos, embora não sejam percebidos como tal. Veja-se a situação nas bacias dos rios São Francisco, Doce, Jequitinhonha, Paraná, Paraíba do Sul, Tietê, Parnaíba, região Amazônica e muitas outras, incluindo os sistemas hídricos diferenciados e os ricos ecossistemas que se adaptaram ao semiárido. Estas realidades mostram que a pobreza e a destruição têm chegado com os investimentos, quando estes desprezam a natureza, como aconteceu no período colonial e ainda acontecem no modelo exportador de *commodities* agrosilvopastoris e minerais. Nesses casos, quanto mais se trabalha e se produz, mais pobre o País fica, mais judiado e desorientado o povo. Uma economia não constrói uma Nação destruindo a natureza, nem maltratando o povo. Mas o sistema imperante só respeita o que tem valor de mercado. Como o sagrado não tem preço, é desprezado. Poucas iniciativas sérias são adotadas contra a destruição dos ecossistemas continentais e oceânicos do Brasil. As motivações desta postura negativa podem ser espúrias, tipo ambição desmedida, ou falta de informações pela educação negada ou por equívocos fundados em ideologias de todos os matizes. Todos parecem ignorar a lógica ecossistêmica que move a economia natural desde antes do advento humano na Terra e apesar desse advento.

O Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, as instâncias Executivas e Judiciárias da Federação, todos são autores ou cúmplices das práticas econômicas predatórias. Citamos o **desmatamento** generalizado e desnecessário dizimando a **biodiversidade** do território nacional, secando os **rios**; as outorgas

irresponsáveis de água ou cumplicidade ativa da ausência de fiscalização, os licenciamentos ambientais fraudulentos, em especial os que atingem as águas subterrâneas, os rios e biomas de grande riqueza natural. Esperamos mais do Ministério Público Federal e os Estaduais, tão ativos em outras frentes. Em 2013 o apoio do povo em frente ao Congresso Nacional foi decisivo para o MP. A gestão do meio ambiente requer uma operação obstinada e conduzida nos moldes do atual combate à corrupção.

Os líderes políticos e os empresários não estão sendo capazes de apresentar alternativas viáveis que gerem empregos, renda, exportações, respeitando práticas conservacionistas do meio ambiente. Apenas sabem vender destruindo, com raras exceções. O Brasil necessita de uma economia ecologizada. Está na hora de rever a eficácia da participação de representantes da sociedade civil e entidades científicas em conselhos falsos, com eternos jogos de cartas marcadas, que acabam legitimando e legalizando os crimes aprovados nesses conselhos viciados, dominados por empresários e governo. Uma política econômica ecossistêmica é plenamente possível. Basta integrarmos opções científicas e sociais de um leque amplo de alternativas à nossa disposição, ouvindo quem de fato sabe e quer gestão sustentável. A eleição presidencial agora tem que significar **mudança de paradigma**, com novas diretrizes econômicas, científicas, socioambientais e morais, autorizadas por uma Constituição representativa dos novos tempos. Julgamos que o novo Congresso a ser eleito em eleições gerais necessitará ter poderes constituintes. Vai depender dos eleitores, das regras eleitorais, dos debates terem apoio das mídias. Para tudo isto acontecer, temos que ter forte apoio social, fruto de nova consciência. Conjuntamente com os biomas nacionais, os seres humanos estão sofrendo, sendo vistos como meras externalidades do processo econômico. Sabemos que não basta não roubar, isso deve ser condição básica da cidadania; a honestidade na gestão deve ser ponto de partida obrigatório dos governos e cidadãos, criando estruturas de controle e novas atitudes morais; mas esse não é o ponto de chegada da política. Ela não pode eclipsar a questão dos ecossistemas. Como ficam os rios, a biodiversidade, a vida silvestre, nossas matas e o oceano? Continuarão sendo ignorados tanto por desonestos quanto pelos honestos?

Sejamos claros, sem mudança dos referenciais básicos da política nacional e da gestão ambiental e econômica, o Brasil vai continuar secando seus mananciais, destruindo sua biodiversidade, solos, promovendo a pobreza e a má qualidade de vida. Um exemplo é a política assistencial do Bolsa Família, que o governo distribui enquanto deixa extinguir a *bolsa família natural*, representada pela abundância dos peixes, que está sendo extinta com as mortandades e o fim do ciclo de reprodução natural, pelas agressões ambientais continuadas, como das lagoas marginais e dos alimentos do Cerrado e Caatinga, devido ao desmatamento. A política econômica focada na monocultura de exportação de *commodities*, que vem desde o ciclo da cana de açúcar, ultrapassou os limites da sustentabilidade hídrica das bacias hidrográficas, que estão em processo acelerado de destruição quantitativa e qualitativa. Além do desmatamento, grassa o envenenamento pelo uso de adubos químicos e venenos agrícolas. As irrigações são praticadas sem atentar para a integração da gestão ambiental dos recursos hídricos, solos e suas

adequações com as diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões hidroclimáticas do Brasil, conforme previsto no Art. 3º, da Lei 9.433, a Lei das Águas que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Ao mesmo tempo, estamos desvalorizando as espécies e alimentos característicos de nossa flora, já adaptadas à nossa história natural, com extinção generalizada dos ecossistemas nativos, para atender demandas momentâneas do mercado internacional de *commodities*, na contramão de tendência civilizatória por alimentação saudável e convívio amigável com o meio ambiente. Estamos trocando o certo pelo duvidoso. E para isto realizando obras indevidas de irrigação e transposições contra todos os parâmetros científicos, só interessando grandes e rápidos lucros ainda que seja com enorme processo de corrupção.

Temos na encíclica *Laudato Sí* uma histórica referência para todos nós, nesta linha de visão ecossistêmica. Mas existe uma ofensiva conceitual para colocar foco fundamental nas questões climáticas e das emissões. É estratégia de hegemonia das economias dominantes do mundo que promovem a desastrosa “economia verde” das florestas homogêneas com uso de créditos de carbono. Ela não prioriza a conservação da biodiversidade nem a mudança do modelo de produção e consumo. Na verdade, aprofunda o atual modelo das monoculturas extensivas. Concordamos que é fundamental alterar a matriz energética, obviamente, mas a economia de *commodities* e florestas homogêneas estimula a destruição da biodiversidade e dos ecossistemas. O fundamental deste questionamento é ter como eixo metodológico da gestão ambiental mundial o território das águas, as bacias hidrográficas. Não podemos mais ignorar, nem postergar, a necessidade de ir adequando a gestão de Estado e os planejamentos regionais, ao recorte territorial de bacias hidrográficas, tendo as águas como eixo metodológico de gestão, pois são informações que fluem e mostram a nossa cara civilizatória.

A questão ambiental está associada às questões sociais. Nos ecossistemas urbanos vive a grande maioria do povo e a superação da pobreza se dá pelo trabalho e a organização que produz, não com impostos generalizados focados sobre o consumo popular e a renda dos assalariados, enquanto poupa a taxa das riquezas. Esta linha tem produzido políticas assistenciais como um fim em si mesmo, quando deveriam ser meio para inserção do cidadão ou cidadã no mercado de trabalho. Sem soberania sobre seu destino, o País se limita a produzir *superávit* primário para pagar dívida pública com altíssimas taxas de juros. É necessário fazer uma avaliação idônea e isenta desta dívida, para pagar sabendo das contas, e renegociar, se for o caso, montantes e juros como qualquer negociante faz, até para nos educar na responsabilidade do controle dos gastos governamentais, e privados, assumidos com rigor fiscal. É urgente, por exemplo, rever os elevados impostos que tolhem as iniciativas microempresariais dos segmentos médios e mais pobres, que poderiam gerar emprego e renda em dimensão até superior às grandes empresas. O Brasil taxa o consumo em 44%, uma das maiores taxas do mundo. E os impostos cobrados sobre a renda é um dos menores do mundo, em média 21% (dados de 2016).

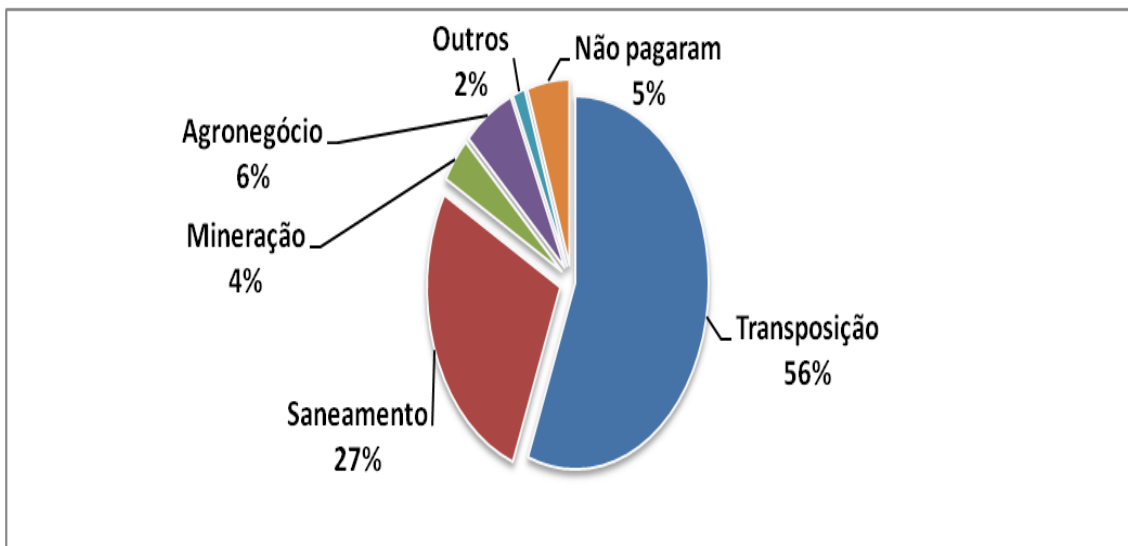
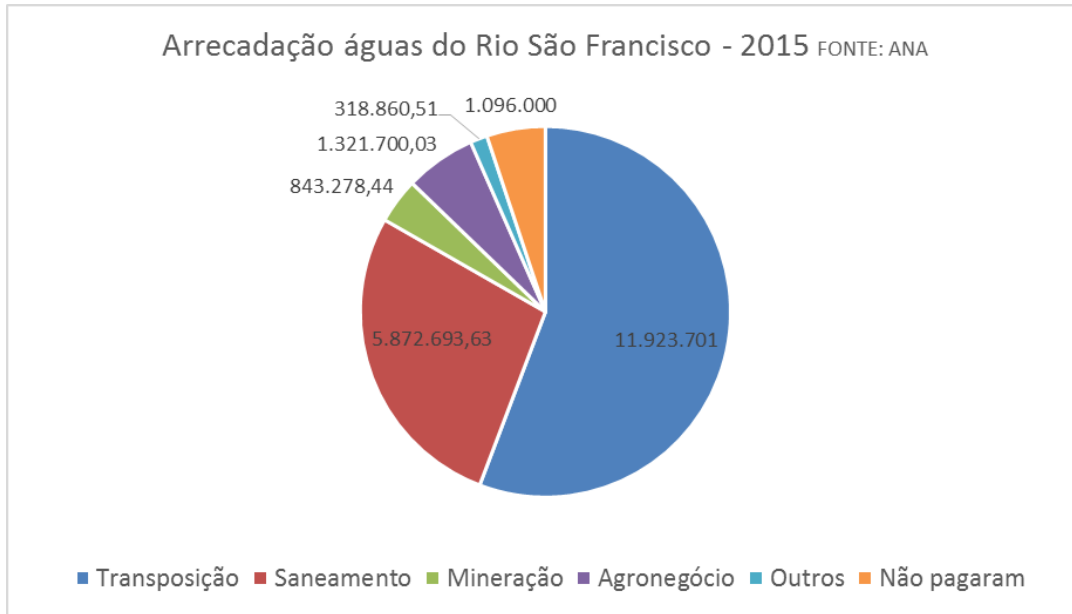
Um exemplo da forma como os empresários usuários de água desfrutam de privilégios da gestão pública são os contratos que obtiveram com o Estado passando a terem em suas mãos a gestão das agências de bacias hidrográficas. O único objetivo deste interesse nos comitês de bacia é não pagarem o valor econômico da água que usam. Ver gráficos abaixo. O pacto firmado para o não-pagamento do valor econômico pela água bruta consumida e lançada no meio ambiente, desestimula o combate ao desperdício e reuso de água, piorando o meio ambiente, sobretudo os rios. O agronegócio e a indústria passaram a controlar as decisões dos comitês de bacias hidrográficas, assumindo a direção dos Conselhos de Administração e suas Agências, por autorização de contratos governamentais. Isto foi uma manobra que desvirtuou os comitês de bacias, um espaço do aparelho de estado que despertou, no passado, com a lei federal 9433/97, certa esperança de gestão descentralizada, participativa e compartilhada entre os diversos segmentos da sociedade.

Vamos dar como exemplo o que ocorre na bacia hidrográfica do São Francisco. Ele foi considerado o Rio da Integração Nacional, por suas águas e localização geográfica unindo o oeste de Minas com o nordeste do Brasil. Hoje, a crise hídrica devido ao uso descontrolado das águas subterrâneas e superficiais, está transformando esta bacia num cenário acirrado de disputas por água e uma ameaça concreta de Desintegração. O mesmo ocorre com outros rios como o Doce, Paraíba do Sul, Jequitinhonha, Paraná, Tocantins e região Amazônica.

Na verdade, quem paga pelo uso da água no São Francisco e subsidia os demais usos econômicos, é a Transposição e os consumidores domésticos. Entende-se o apoio empresarial à Transposição, foi um bom negócio. Em 2015 a arrecadação foi de apenas R\$ 22 milhões pelos diversos usos das águas do rio São Francisco, sendo que a Transposição e Abastecimento Público correspondem a R\$ 18 milhões (80% do total). O agronegócio, maior consumidor da bacia, “paga” R\$0,01 dividido por um redutor de custo igual a 40. A mineração paga menos ainda que o agronegócio, conforme mostra o gráfico. Este é o objetivo da atual gestão do rio. Com esse tipo de gestão predatória e essa “cobrança e pagamento” o rio São Francisco é inviável.

Ver gráficos abaixo

Pagamento anual (R\$) pela água do rio São Francisco por segmentos econômicos



Pelo Grupo Carta de Morrinhos/Bacia do São Francisco

Apolo Heringer Lisboa – Idealizador do Projeto Manuelzão, professor da UFMG

Francisco de Assis Pereira – Engenheiro Químico, Petrobrás / Morrinhos